



**Ata da 6ª (sexta) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 17 (dezesete) de Fevereiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.**

Às 17 (dezesete) horas do dia 17 (dezesete) de fevereiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente em Exercício, Vereador Valmir Brasil e secretariados pela Vereadora Professora Ana Maria. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Deza Soares; Professor Nonato; Tia Janne e Zé de Zuza. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, fazendo a dispensa da leitura das Atas anteriores, que foram previamente distribuídas às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovadas por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Item 1: Projeto de Lei nº 009/2025, do Poder Executivo, que dispõe sobre a revisão anual e reajuste salarial dos servidores civis efetivos do Poder Executivo do Município de Altaneira-CE, e dá outras providências – matéria encaminhada pela Presidência da Casa à Comissão Permanente para análise e emissão de Parecer –; Item 2: Projeto de Lei nº 010/2025, do Poder Executivo, que dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos dos profissionais do Magistério do Município de Altaneira e adota outras providências – matéria encaminhada pela Presidência da Casa à Comissão Permanente para análise e emissão de Parecer –; Item 3: Ofício nº 066/2025, do Poder Executivo, referente a sanção das Leis Municipais nº 934/2025, 935/2025, 936/2025 e 937/2025 e Item 4: Ofício nº 007/2025, da Secretaria Municipal de Governo, encaminhando o Relatório da Comissão de Transição de Governo 2024-2025. **TEMA LIVRE:** A Vereadora Professora Ana Maria criticou as dificuldades enfrentadas para realização de visitas fiscalizatórias a órgãos públicos, citando como exemplo o caso do colega Vereador Júnior do Povo, que foi questionado ao visitar a Prefeitura, reforçando que a fiscalização é um dever da Câmara e mencionando que, outrora, servidores eram expostos em vídeos e intimidados. Nessa linha, a Vereadora ressaltou que, sempre que houver ações benéficas para o povo, os Vereadores apoiarão, mas, diante de erros, denunciarão, defendendo que as denúncias devem ser fundamentadas, sem espaço para fofocas ou politicagem, e que a oposição tem o dever de fiscalizar, assim como a base governista deve estar atenta e não apenas “defender a gestão”. Na Pasta da Saúde, a Parlamentar trouxe uma denúncia preocupante: relatos de que demandas da referida pasta anteriores a dezembro teriam sido retiradas do sistema, prejudicando pessoas que aguardavam exames. Ela não afirmou a veracidade da informação, mas cobrou um posicionamento da Secretária de Saúde para esclarecer o ocorrido. Aparte, o Vereador Júnior do Povo destacou que o Regimento Interno da Casa garante o direito de fiscalização dos Parlamentares, incluindo visitas a órgãos públicos para verificar o funcionamento da administração e requisitar informações e documentos, lembrando que esse direito foi incluído pelo ex-Vereador e atual Secretário Municipal de Governo, Ariovaldo Soares. Diante disso, criticou a postura do referido Secretário, que questionou a sua presença na Prefeitura, enfatizando que, além de Vereador, ele é cidadão e deve ser respeitado. Relatou que, ao se retirar do local, o fez por consideração aos funcionários e para evitar constrangimentos, mas alertou que, caso fosse impedido, acionaria a polícia para garantir seu direito de fiscalização. O Vereador também apontou um erro na gestão ao designar uma funcionária que era responsável pela fiscalização de contratos, porém, já havia sido exonerada, logo, sem vínculo com o setor, para julgar a Jornada Pedagógica do Município. Registrou ainda que após ele constatar o erro, a gestão afirmou que poderia retificar a portaria da funcionária, porém, de acordo com ele, isso não mudaria o fato ocorrido. Em seu tempo regimental, Vereador Professor Nonato parabenizou os funcionários



Rodrigo e Kátia, que por cinco anos atuaram como motoristas e acompanhantes do ônibus do Transporte Sanitário, ressaltando o excelente serviço prestado por ambos, sem reclamações. Lamentou o fim desse ciclo, mas destacou que mudanças são naturais e inevitáveis. Também cobrou da Secretária de saúde o envio de documentos já solicitados pela Câmara e pediu uma revisão no atendimento das unidades de saúde, mencionando as longas filas e a dificuldade dos cidadãos em conseguir fichas para atendimento. Ressaltou que esses problemas são recorrentes e que cabe à administração buscar soluções para melhorar a situação. Além disso, mencionou que a empresa Campos Sales Gás, anteriormente criticada na Câmara, teve seu contrato aditivado pela atual gestão, o que, segundo ele, comprova sua idoneidade e qualidade do serviço prestado. Apontou a contradição de antigos discursos que condenavam a empresa, mas que agora aceitam sua continuidade. Questionou até que ponto algumas críticas são feitas de maneira justa ou apenas por interesse político, deixando essa reflexão para os demais Vereadores. Já o Vereador Paulo Robson usou seu tempo de tema livre e de liderança do governo na Casa para destacar o início do ano letivo na rede municipal, ainda que de forma tardia, saudando gestores, professores, alunos e famílias. Mencionou desafios como a falta de merenda e transporte, mas afirmou que esses problemas devem ser resolvidos em breve. Aos servidores que hoje tomaram posse nas vagas criadas na Câmara, atendendo um processo que os Parlamentares julgaram o mais correto possível, de acordo com ele, externou seu desejo de que prestem um bom serviço aos munícipes altaneirenses. De forma especial, felicitou os 27 (vinte e sete) servidores que fecharam o acordo judicial que lhes garantirão o recebimento referente ao período que trabalharam de maneira irregular. Registrou ainda, que essa resolução poderia ter ocorrido anteriormente, porém, foi "protelado por essa Casa". Relativamente a saúde municipal, registrou que nunca viu uma negativa por parte do governo em relação a transparência. Diante disso, registrou que ficaria o questionamento de como, de fato, ocorreu a situação relatada pelo Vereador Júnior do Povo. Informou também que, em visita à secretaria municipal, foi muito bem recepcionado e reconheceu problemas como falta de médicos, dificuldade de acesso a fisioterapia e transporte insuficiente, esclarecendo que a Prefeitura busca soluções, incluindo a contratação de profissionais via processo seletivo. Ainda nessa pauta, criticou a gestão anterior por não aderir ao programa Mais Médicos, lembrando que o fato se deu por, em suas palavras, "perseguição", uma vez que a médica que atenderia o Município seria Ana Flávia, filha do ex-Vereador Flávio, que era opositor ao ex-gestor, o que gerou prejuízo financeiro ao município. Também informou que, no momento, "a gestão quer fazer a coisa correr", resolver a situação dos efetivos para, após, fazer seleção para suprir a demanda do município". O Parlamentar também trouxe a público que o município sofreu com perda de recursos da APS – Emulti por falta de alimentação do sistema no final da gestão passada, contudo, a situação já corrigida pela equipe atual. Versou também sobre a apresentação dos relatórios da saúde municipal, que não foi realizada pela gestão anterior. Encerrando, registrou ter ciência da grande importância da pasta da saúde, entretanto, pediu paciência para que as situações sejam resolvidas. Em seguida, o Vereador Júnior do Povo fez uma reflexão sobre a gestão pública e levantou questionamentos sobre a condução de contratos e nomeações no município, destacando que, apesar de críticas à administração anterior, contratos continuam sendo renovados. Mencionou novamente a exoneração de uma agente de contratação que foi exonerada no dia 4 (quatro) de fevereiro, mas julgo a Jornada Pedagógica do Município no dia 5 (cinco), ainda que, nesse mesmo dia, uma portaria de exoneração para um substituto tenha sido publicada, levantando dúvidas sobre a legalidade do processo. Além disso, apontou que a nomeação de gestores escolares ocorreu sem um processo seletivo, contrariando normas que exigem transparência e critérios, questionando também a ausência de um edital público e criticando a falta de resposta da Prefeitura sobre a questão. Outro ponto abordado foi o nepotismo na administração municipal, afirmando que há contratações indevidas e que a Câmara Municipal se mantém em silêncio sobre o assunto. Também se solidarizou com os funcionários Kátia e Rodrigo, exonerados recentemente, o que o levou a questionar a interferência política em nomeações e



exonerações. Retomando ao assunto de falta de pagamentos, o Vereador lembrou que desde o dia 1º (primeiro) de janeiro, as contas da Prefeitura já receberam mais de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), ainda que aleguem falta de recursos para realizar os devidos pagamentos e continuam a aditar empresas e fazer emissão de portarias. Por fim, criticou a gestão da saúde municipal, apontando a falta de médicos e a retirada de enfermeiros para assumirem cargos administrativos, argumentou que há servidores concursados que poderiam ser chamados, mas isso não tem sido feito. Sequentemente, o Vereador Professor Deza Soares relatou que foi procurado por servidores públicos que alegam sofrer perseguição por meio de transferências. Nessa linha, afirmou que analisará cada caso com prudência e fundamentação, destacando que não faz denúncias sem provas. Também mencionou indícios de nepotismo na atual gestão, mas ressaltou a necessidade de comprovação antes de qualquer denúncia formal. O Parlamentar também abordou um mal-entendido envolvendo a criação de vagas na Câmara, informando que, em visita à alguns eleitores, estes relataram estar decepcionados com ele, pois, o Vereador Paulo Geaneo os havia informado que, por falta do voto do Vereador em uma votação para criação de vagas, pessoas próximas haviam sido prejudicadas. Diante disso, o Vereador Deza esclareceu que como Presidente, só votaria em caso de empate, o que não ocorreu justamente devido à ausência do Vereador Paulo Geaneo na sessão em que a votação em questão ocorreu. No entanto, foi injustamente responsabilizado por eleitores, influenciados por informações equivocadas. Sobre a nova eleição para a Presidência da Casa, classificou como incoerente a tentativa de seu afastamento do cargo por membros do próprio grupo político. Ressaltou seu legado como gestor, citando como exemplo a revisão da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Casa, além da construção da nova sede do Poder Legislativo Municipal. Assim, expressou confiança na justiça e afirmou que, caso seu mandato seja restabelecido, seguirá presidindo a Câmara com compromisso e transparência. Encerrou reforçando que sua atuação Parlamentar sempre será em benefício da população, independentemente de partidos ou grupos políticos. Após, o Vereador Zé de Zuza destacou sua visita à Secretaria de Saúde, junto ao Presidente em exercício da Câmara, onde foram bem recebidos pela funcionária Maria Vilar. Dentro da pasta, ressaltou a dificuldade enfrentada devido à falta de servidores e explicou que a contratação de médicos pelo PSF só pode ocorrer por meio de concurso ou seleção, o que tem gerado desafios para a gestão. Também felicitou os servidores que tomaram posse no dia de hoje e desejou sucesso a todos, reforçando a importância da estabilidade conquistada. O Parlamentar também agradeceu ao Secretário Municipal de Infraestrutura, por atender ao pedido de melhorias nas estradas, essenciais para o transporte escolar e destacou o desempenho do Secretário Municipal de Agricultura, que conseguiu antecipar o tombamento de terras, evitando atrasos como os ocorridos na gestão anterior. Em um aparte, o Vereador Júnior do Povo mencionou sua passagem pela Secretaria Municipal de Saúde registrando que, no hospital municipal, há uma médica concursada no e uma enfermeira de licença, afirmando que "é só querer que pode", reforçando que há uma lei aprovada que regula a contratação de profissionais, questionando a falta de agilidade na reposição de servidores essenciais. Ressaltou que o município tem a possibilidade de informar a produção até 90 (noventa) dias sem perder recursos e reforçou sua solicitação de esclarecimentos sobre os profissionais cadastrados e onde estão lotados. Também fez questionamento sobre a remoção de pacientes da fila de espera sem justificativa e explicou que qualquer alteração na lista deve ser comunicada ao cidadão e feita de maneira transparente. De volta com a fala, o Vereador Zé de Zuza reconheceu as sugestões do Vereador Júnior, e solicitou que o Vereador lhe forneça mais informações para que ele possa fazer as devidas cobranças. Em outro aparte, o Vereador Paulo Robson destacou que, embora a gestão anterior promovesse a ideia de "fila zero", a administração atual identificou mais de 800 (oitocentos) exames pendentes desde o ano de 2021 (dois mil e vinte e um). Afirmou não acreditar que a atual gestão removeria solicitações de procedimentos médicos do sistema. Além, elogiou o desempenho das equipes atuais, ressaltando que eventuais falhas são compreensíveis, dado que a equipe está em ação há menos de dois meses. Por fim, defendeu a necessidade de uma investigação mais

Am. Soares

Zé de Zuza

PSF

Júnior

Paulo Robson

Paulo Robson

Paulo Robson

Zé de Zuza

Júnior



aprofundada antes de expor determinadas questões na Casa. De volta com a fala, o Vereador Zé de Zuza registrou que continuará realizando as fiscalizações, porém, "de forma correta". Prosseguindo, o Vereador Paulo Geaneo também questionou sobre a quantidade de pessoas nas filas dos PSFs, entretanto, registrou que, no momento, não irá tecer críticas à saúde municipal, pois, a gestão ainda está no início e, portanto, alinhando as coisas. Se solidarizou com os profissionais Kátia e Rodrigo, que foram exonerados "porque não votou", pontuando que os profissionais eram exemplares, sempre fazendo seu trabalho com excelência. Na questão "do disse me disse", afirmou não dar importância, pois, ele foi o mais "crucificado" quando teve que faltar na sessão para ir ao médico devido a estar sentindo muitas dores por conta de uma pedra na vesícula. Também registrou que já houveram Vereadores que saíram no meio da sessão para ir ao médico. Aparte, o Vereador Deza Soares registrou que não criticaria o Vereador, ou qualquer outro, por precisar se ausentar. Esclareceu que também houve necessidade recentemente de se ausentar devido a procedimento médico, e que o seu questionamento, foi no sentido de o colega Vereador ter mencionado que a criação de vagas não ter sido aprovada por culpa dele, quando, na verdade, a colega sabe que a culpa foi dele mesmo, quando ele não compareceu à sessão, afirmou. Novamente, reforçou não estar questionado a ausência do colega, apenas o fato de colocá-lo como culpado de algo que não foi. De volta com a fala, o Vereador Paulo Geaneo registrou que, na noite anterior a sessão, sofreu com muitas dores com pedras na vesícula e já havia adiado o procedimento por muito tempo. Afirmou que, na época, a bancada tinha 5 (cinco) votos e, sendo assim, "não sabe porque o voto não saiu". A Vereador Tia Janne, por sua vez, expressou sua satisfação por ter presenciado a posse dos servidores municipais, desejando sucesso a cada um e ressaltando a importância de um trabalho dedicado aos munícipes de Altaneira. mencionou suas visitas às Secretarias Municipais de Assistência Social e Saúde, destacando seu compromisso em acompanhar de perto as entidades municipais e constatando a qualidade do atendimento prestado. Aparte, o Vereador Júnior do Povo reconheceu seu papel como Vereador e profissional de saúde, destacando sua intenção de contribuir para a melhoria do sistema público. Afirmou que está aguardando informações da Secretaria de Saúde para analisar a situação com mais embasamento, pois acredita que é essencial entender os problemas antes de fazer críticas. Ressaltou que as Secretarias de Saúde e Educação enfrentam muitos desafios e que a gestão precisa ter interesse e agilidade para solucionar as dificuldades. Ainda sobre a pasta da Saúde, mencionou que há recursos disponíveis, mas ainda assim faltam medicamentos, especialmente os de alto custo, e que é necessário entender por que estão sendo negados. De volta com a fala, a Vereadora Tia Janne tratou sobre os desafios enfrentados pela gestão. O Vereador Valmir Brasil também fez uso do seu tempo regimental e destacou a importância da fiscalização por parte dos Vereadores, reforçando que seu papel é cobrar e acompanhar a gestão municipal, porém, seguindo todos os critérios necessários. Lembrou que, no passado, algumas questões trazidas à Câmara eram questionadas, mas ressaltou que é dever do Parlamentar fiscalizar e buscar soluções para os problemas do município. Reconheceu que o tempo de gestão ainda é curto para avaliar resultados concretos, especialmente em áreas como saúde e educação, que são frequentemente criticadas. Citou uma visita à Secretaria de Saúde, onde, apesar da ausência da Secretária Ivanna, foram bem recebidos pela equipe. Retomando ao tema de fiscalização, versou sobre a importância de fiscalizar com responsabilidade, sem fazer acusações sem fundamento, citando um caso de um exame que demorou três anos para ser feito, mas, ainda que tardiamente, foi resolvido, e mesmo assim, não trouxe a questão para a Câmara. Finalizou elogiando os Vereadores que estão fazendo seu papel de fiscalizar, o que ajuda a melhorar a administração e beneficiar a população. **ORDEM DO DIA:** Item 1: Parecer nº 002/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 001/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o adiantamento do 13º salário dos servidores no mês de seu aniversário, e dá outras providências. Devido a matéria já ter sido lida e discutida na sessão anterior, a Vereadora Professora Ana Maria, que havia feito pedido de vista, apresentou a seguinte emenda de Plenário para acrescentar o §3º e o §4º ao Art. 1º: "Art. 1º. (...) §3º. Para garantir a satisfação do crédito,



eventual licença solicitada pelo servidor só será concedida após, pelo menos 15 (quinze) dias do mês solicitado para que se garanta saldo financeiro suficiente. §4º. Caso, ainda assim, não se satisfaça o crédito em favor dos cofres municipais, fica constituído débito junto a fazenda municipal, que pode ser cobrado administrativamente e judicialmente, se for o caso". Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação pelo sistema nominal de votação, obtendo o seguinte resultado: Vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo, Paulo Robson, Professor Deza Soares, Professora Ana Maria, Tia Janne e Zé de Zuza: voto favorável. Vereador Professor Nonato: abstenção. Matéria aprovada pela maioria com a emenda apresentada em Plenário. Item 2: Indicação nº 002/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, que estabelece a jornada especial de trabalho a servidores da administração pública municipal com cônjuge, filhos e/ou dependentes com deficiência. Após a leitura da matéria, o autor da mesma, Vereador Paulo Robson, destacou a importância da parceria da família no apoio a crianças com deficiências ou transtornos do neurodesenvolvimento. Reconheceu que, muitas vezes, servidores precisam de mais tempo para cumprir suas funções devido a essas necessidades. O Parlamentar também elogiou uma iniciativa do governo anterior que assegurou direitos para esses servidores, com base em uma legislação federal, mas observou que não havia uma regulamentação local específica. Por isso, registrou que sua iniciativa é inspirada em uma lei estadual recente, que estabelece critérios para reduzir a carga horária desses servidores em até 50% (cinquenta por cento). Finalizou solicitando apoio dos colegas Vereadores e, sem sendo aprovado, também da Prefeitura. Após, a matéria foi posta em discussão e, não havendo discussão, foi posta em votação pelo sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 3: Parecer nº 010/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 002/2025, de autoria da Vereadora Tia Janne, que institui a Semana Municipal de prevenção de Acidentes com Crianças, a ser comemorada, anualmente, na quarta semana de agosto no município de Altaneira-CE e dá outras providências. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade, a autora da matéria, Vereadora Tia Janne, destacou a importância da matéria, que é voltada para a prevenção de acidentes com crianças, como engasgamentos, choques elétricos e afogamentos, expressando preocupação com a segurança das crianças, lembrando de sua experiência com casos de emergência, como afogamentos em piscinas. Esclareceu que a proposta visa minimizar esses riscos e traumas, enfatizando a necessidade de ter pessoas treinadas para fornecer primeiros socorros. Também parabenizou os professores que trabalham na prevenção e proteção das crianças, ensinando cuidados para evitar acidentes graves. Após, a matéria foi posta em discussão e, não havendo discussão, foi posta em votação pelo sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 4: Parecer nº 011/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 005/2025, de autoria do Poder Executivo, que altera o PCCR do magistério para regular até metade da atividade extraclasse em regime de trabalho domiciliar. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade, o Relator Júnior do Povo informou que, na sua opinião, o projeto será vantajoso para alguns professores, mas terá um efeito diferente para outros, registrando que não se aprofundaria nessa questão porque é a sua visão pessoal e pode ser interpretada de maneira diferente. Na discussão da matéria, o Vereador Paulo Robson lembrou que o projeto veio à Casa através de uma indicação de sua autoria, esclarecendo que o intuito é conceder ao professor melhores condições de planejamento e de aproveitamento do seu tempo, e que a classe tenha assegurado através de lei, uma carga horária que lhe permita melhor organização de suas aulas e demais atividades pedagógicas. Também agradeceu todo apoio que recebeu tanto dos colegas Vereadores, como da gestão municipal. O Vereador Professor Deza Soares reforçou felicitações ao autor da indicação, bem como o Poder Executivo pelo entendimento da indicação e encaminhamento à Casa do Povo e os Parlamentares, que estão votando uma matéria tão importante. Em especial, parabenizou os educadores que serão beneficiados com a propositura. A Vereador Tia Janne parabenizou a iniciativa, registrando que os professores são merecedores. A Vereadora Professora Ana Maria também felicitou o autor da indicação, registrando que os benefícios da mesma irão refletir em sala



de aula. Manifestou votos de sucessos a todos os professores altaneirenses. O Vereador Professor Nonato também felicitou o autor da indicação, registrando que os planejamentos não devem ser apenas em sala de aula. Afirmou ainda que a propositura muito irá somar e engrandecer o profissional do magistério, a educação e a gestão. Os Vereadores Paulo Geaneo e Zé de Zuza também parabenizaram o Vereador Paulo pela iniciativa e anteciparam seus votos favoráveis. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação pelo sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Encerrada a ordem do dia, o Presidente em exercício, Valmir Brasil, registrou que, considerando o tempo da sessão ordinária e considerando o poder de autotutela da administração pública, revogou o Edital de Convocação de sessão extraordinária publicado, informando que fica convocada a sessão extraordinária da Câmara para o dia de hoje, às 19 (dezenove) horas e 25 (vinte e cinco) minutos, com a seguinte pauta: Expediente: sem matéria. Ordem do dia: eleição da Mesa Diretora para o restante do biênio 2025-2026, conforme decisão judicial no processo 3000019-31/2025.8.06.0132, do Juiz da Vara Única da Comarca de Nova Olinda. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente em exercício Vereador Valmir Brasil agradeceu a participação de todos os presentes e ouvintes, assessoria interna e externa e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2025.

Paulo Roberto Luiz de Oliveira